



Faça parte da LISTA DE TRANSMISSÃO e receba o boletim diariamente. Salve nosso contato (85 99179-1973) e envie um Oi com seu nome e cidade.

Mais notícias em: www.sintsefceara.org.br | Para receber envie email: imprensasintsef@gmail.com | Ano VIII - Nº 3220 23/10/2025

CONDSEF PARTICIPA DA 12ª MESA NACIONAL DE NEGOCIAÇÃO PERMANENTE, EM BRASÍLIA



Representantes da bancada sindical do serviço público federal se encontraram nesta quarta-feira (22/10) com o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), na 12ª reunião da Mesa Nacional de Negociação Permanente, em Brasília. Foram debatidos assuntos de interesse direto da categoria, como a proposta de reajuste do auxílio alimentação, a reforma administrativa e a Convenção 151 da OIT. A última reunião aconteceu no dia 12 de junho deste ano.

Reajuste de benefícios

Uma das principais pautas abordadas no encontro foi o reajuste de 17,5% do auxílio alimentação que, se aprovado, passará de R\$ 1.000 para R\$ 1.175,00 a partir de dezembro deste ano e R\$ 1.200,00 em 2026. As entidades têm até 6 de novembro para assinar o termo de compromisso.

Aposentados e pensionistas ainda continuariam de fora do benefício do auxílio alimentação. A Condsef reforçou a necessidade de integrá-los, visto que foram os que receberam os reajustes mais baixos durante as negociações salariais de 2025.

Reforma administrativa

O tema da Reforma Administrativa foi apresentado pelo MGI, que afirmou que o governo está disposto a evitar retrocessos e a influenciar o desenho final da proposta. Ainda segundo o órgão, o Estado não tem uma posição "binária" de ser contra ou a favor, e destaca que a PEC 32 ainda não foi formalmente protocolada.

A Confesf destacou que o debate sobre reforma do governo em curso no MGI deve se afastar da posição de isenção ideológica do Estado e considerar a necessidade de

participação das entidades classistas, levando em conta as experiências concretas das mesas específicas de negociação e os efeitos das medidas implementadas até então pelo governo. De acordo com a Confederação, desde o início da atual gestão, a Condsef tentou dialogar e encaminhou um caderno de propostas sobre as diretrizes de carreira e reforma do Estado, sem que houvesse abertura para esse debate.

As propostas que vêm sendo aplicadas têm reforçado distorções salariais com base em critérios que dividem os trabalhadores entre "modernos" e "obsoletos", o que resulta em elitização do Estado. Também foi apontado a Portaria nº 5.127/2024, como exemplo desse processo, ao estabelecer diretrizes que favorecem a terceirização de determinadas funções.

A Condsef apresentou ainda a análise sobre a Reforma Administrativa elaborada pela Condsef, que dividiu as propostas recentes em quatro eixos:

- Ajuste fiscal permanente em favor dos bilionários;
- Flexibilização das relações de trabalho;
- Esvaziamento dos poderes eleitos;
- Onguização, terceirização e desregulamentação.



Para saber mais acesse
as nossas mídias sociais!

Boletim editado pela Assessoria de Comunicação
Coordenação: Petrônio Soares e Lucy Mary Matos
Jornalistas: Letícia Alves e Junior Tavares (5050/CE)
Estagiária de Comunicação: Luanna Moura

#EMDEFESADAVIDA #EMDEFESADOSERVIÇOPÚBLICO